

Jongo: Patrimônio Imaterial do Brasil e a Comunidade São José da Serra.

Debora Simões de Souza* .
UERJ-FFP

Resumo

Este texto procura analisar aspectos do Jongo como Patrimônio Imaterial do Brasil, tal como suas características que o levaram a eleição do Jongo no Sudeste e outras partes desse processo que culminou com o recebimento do título. Buscando salientar as pluralidades e singularidades dessa prática, tão comum no século XIX, nas regiões cafeeiras do Vale do Paraíba e que atualmente são comunidades e fazendas que passam por processo de valorização dessa cultura negra, através do turismo cultural, como é o caso da Comunidade São José da Serra. Este artigo visa trabalhar com: relatos de integrantes da Comunidade; um trabalho de campo; documentação do processo – já citado - dialogando com uma bibliografia interdisciplinar sobre o tema.

Palavras-chave: Jongo, Patrimônio Imaterial, Comunidade São José da Serra.

Abstrat

This text seeks to examine aspects of Jongo as Intangible Heritage of Brazil, as its characteristics that led to the election Jongo in the Southeast and other parts of the process that culminated with the receipt of the title. Seeking to emphasize the plurality and singularity of this practice, so common in the nineteenth century, in the coffee regions of the Vale do Paraíba and the communities and farms are currently undergoing the process of recovery of black culture, through cultural tourism, as is the case in the São José da Serra. This article aims to work with: stories of members of the Community; field work, documentation of the process - already mentioned - talking with an interdisciplinary bibliography on the topic.

Key-words: Jongo; Intangible Heritage; São José da Serra communities

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar parte do processo que levou o Jongo a receber o título de Patrimônio Imaterial do Brasil, delimitando os agentes atuantes nas diferentes etapas e em diversos momentos, buscando identificar o papel das políticas sociais empreendidas pela União, como é o caso do Decreto nº 3.3551 do ano 2000, do Governo Federal, do Ministério da Cultura. E os diversos pareceres do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), a interação das diferentes esferas, destacando as pesquisas de diferentes profissionais, como: antropólogos, sociólogos, historiadores estabelecendo relações recíprocas e com suas devidas contribuições para o fim: título do Jongo. Procurando apontar, também, as articulações entre os diferentes grupos de jongueiros, da região do Sudeste, na busca da valorização dessa herança cultural de origem *bantu* que em pleno século XXI recebe atenção especial por diferentes camadas da sociedade.

Foi realizada, no decorrer da pesquisa, uma atenção especial para a Comunidade São José da Serra, a partir desta, apresentarei características da prática de jongo, com os elementos utilizados, o horário, indumentárias, instrumentos musicais e os possíveis significados das letras metafóricas entoadas na roda de Jongo. Salientando, que essa manifestação cultural diferencia-se de grupo para grupo, possuindo particularidades e singularidades que serão expostas ao longo desse texto. A escolha do estudo com foco na Comunidade São José da Serra, foi possível depois de um trabalho de Campo empreendido por mim no ano de 2008, onde dialoguei e entrevistei importantes integrantes da Comunidade, como, Antônio Nascimento Fernandes, atual presidente da Comunidade, desde então, essa pesquisa vem sendo aprofundada.

Historicamente retornando aos primeiros documentos que mencionam atividades de escravos e ex-escravos que são associados com o Jongo, quando praticados nos grandes cafezais do século XIX, no Sudeste, neste caso, no Vale do Paraíba. A importância da herança cultural dessa manifestação associada ao momento econômico específico da economia brasileira da segunda metade do século XIX, como os senhores de café, às vezes denominados, barões do café e milhares de negros africanos escravizados viviam com suas práticas e costumes numa terra distante.

Para fins de definição da expressão *jongo* será utilizado, no decorrer deste artigo, o sentido empregado por Nei Lopes, importante pesquisador das culturas africanas que foram atingidas pela escravidão Européia, na América Latina e principalmente, no Brasil. Segundo ele, com base nos trabalhos do pesquisador Aurélio Buarque de Holanda Ferreira *jongo* seria uma dança tradicional afro-brasileira também chamada de *caxambu*, dependendo das variantes regionais, apareceram outros nomes para a mesma manifestação em sua origem.

Políticas públicas e os diferentes agentes sociais no mesmo processo

O Decreto nº 3.3551 do ano 2000, do Ministério da Cultura apresenta a criação do Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, norteando e organizando a eleição de bens imateriais da cultura brasileira. Esta parte deste artigo visa à realização de uma análise de tal decreto em relação ao *jongo* do sudeste associando com discussões atuais sobre o processo, abarcando: indicação, organização e titulação. Cabendo aportar os diferentes agentes presentes nesse processo e suas articulações.

Segundo Letícia Vianna a Constituição Brasileira de 1988 já delimitava a abrangência de bens imateriais da cultura brasileira, nos artigos 215 e 216, está presente o conceito de patrimônio cultural, que segundo o documento, é tanto obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas de enorme valor, denominando como, Patrimônio Material, quanto manifestações de caráter “imaterial”, relacionadas à cultura no sentido antropológico: “visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas; experiências diferenciadas nos grupos humanos-fundamentos das identidades sociais.” E completa que, “patrimônio compreende os processos e os significados das criações humanas.” (VIANNA, 2004: 15)

Para Jacques Le Goff, a preservação do patrimônio histórico, e neste caso o patrimônio histórico imaterial, é vista, nos dias de hoje, majoritariamente como uma questão de cidadania e, como tal, interessa a todos por se formar em direito essencial dos cidadãos e base para a construção da identidade cultural. E completando, apresenta o papel da memória para a formação de identidade, cito: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual, e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (GOFF, 2005: 469)

Em 2005 o “Jongo no Sudeste” recebeu o título de Patrimônio Cultural do Brasil, Patrimônio Imaterial do Brasil. Inicialmente o decreto nº 3.3551 de 4 de agosto de 2000 fica instituído o registro de bens culturais de natureza Imaterial que formam Patrimônio Cultural do Brasil, criando “o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”. No parágrafo primeiro delimita-se a forma que se fará o registro de Bens Culturais, com seus respectivos livros, cito os dois primeiros Incisos (BRASIL, 2000: 1):

- “I- Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II- Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;”.

No artigo segundo fica estabelecido os membros legítimos que podem solicitar a “instauração do processo de registro” (BRASIL, 2000:2) são eles:

- “I- o Ministro de Estado da Cultura;
- II- Instituições vinculadas ao ministério da Cultura;
- III- Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;
- IV- Sociedades ou associações civis;”

No artigo terceiro defini-se que as propostas para registro com suas respectivas documentações técnicas serão encaminhadas para o Presidente do IPHAN, e este as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, os parágrafos deste artigo delimitam as instruções para formulação e as faces dos processos de registro com suas esferas responsáveis e também, os meios que serão divulgados os pareceres. A instituição que fará a supervisão dos registros será o IPHAN; a instrução terá que ter uma “descrição pormenorizada do bem” com a documentação específica devendo mencionar os elementos culturalmente relevantes.

Já o artigo sexto desse Programa delimita as responsabilidades do Ministério da Cultura para com o bem registrado, como por exemplo: “assegurar a documentação pelos meios técnicos admitindo” (BRASIL, 2000: 3) sendo da responsabilidade do IPHAN manter o banco de dados com o material produzido durante todo o processo; cabendo ao Ministério da Cultura extensa divulgação e promoção do bem. Este decreto foi o início de um processo que evidência a importância social do Jongo para diferentes comunidades no Brasil. Os documentos do processo são fontes essenciais para trabalhos, como este artigo.

As historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu apresentam aspectos e ações que levaram o Jongo do Sudeste a receber o título destacando algumas iniciativas, como por exemplo, a que ocorreu no ano de 2002 onde o grupo Cultural Jongo da Serrinha (Rio de

Janeiro) e a Associação Negra Remanescente de Quilombo São José da Serra (Valença) enviaram cartas ao então ministro da Cultura, solicitando apoio ao processo de titulação do Jongo. E sobre o recebimento do título, que ocorreu em 2005, estas explicam que: “Era o final de uma pesquisa, iniciada, em setembro de 2001 por especialistas principalmente antropólogos do Centro Nacional de Folclore e Cultura (CNFCP)” (MATTOS, ABREU, 2007: 69) e referindo as justificativas da candidatura do jongo e a conquista do título de “manifestação de canto, dança e percussão” praticada por comunidades do sudeste identificadas como afro-brasileiras.

As autoras destacam as características do jongo que justificam este título: “sua representatividade na tão propalada tese de ‘multifacetada identidade cultural brasileira’ sendo valorizado “o seu papel de representante de resistência afro-brasileira” e principalmente, “o seu caráter de referência cultural, como remanescente do legado dos povos de língua *bantu* escravizados no Brasil”, completam que foi levado em conta a “necessidade de apoio do poder público às comunidades que passam por dificuldades econômicas básicas.” (MATTOS, ABREU, 2007: 70)

Denominação “Jongo no Sudeste” abrange diversos grupos, urbanos e rurais, que praticam jongo. O processo, que teve fim com o recebimento do título, evidencia a presença dos canais de comunicação, como exemplo os Encontros de Jongueiros e a Rede de Memória do Jongo. Segundo Hebe Mattos e Martha Abreu em 1996, ocorreu o primeiro Encontro em Santo Antônio de Pádua, na comunidade Campelo a iniciativa partiu do professor Hélio Machado, na época, professor da Universidade Federal Fluminense, em Pádua. Para estas, em vista do parecer final do processo de obtenção do título, fica claro, que as comunidades e praticantes do jongo criaram “canais de comunicação, visibilidade e fortalecimento coletivo” (MATTOS, ABREU, 2007: 71) e essas ações foram anteriores as mobilizações das agências governamentais e até da própria promulgação do decreto 3.3551 do ano de 2000.

As ações dessas comunidades aconteceram por meio, por exemplo, da criação Rede de Memória do Jongo – nasceu em 2000, no V Encontro de Jongueiros, cito Hélio Machado, em seu parecer sobre a criação da Rede: “a idéia era manter vivos os aspectos culturais do interior fluminense ligados aos ciclos econômicos que fizeram parte da nossa história regional”. (MATTOS, ABREU, 2007: 71). De acordo com o documento Dossiê IPHAN 5 Jongo no Sudeste (IPHAN, 2007: 15-16) Jongo no Sudeste sobre o significado dos Encontros dos Jongueiros:

“Este processo de mobilização e organização é a prova de que as comunidades jogueiras estão conscientes de que possuem um bem cultural de grande valor, um conjunto de saberes ancestrais, testemunhos de sofrimento, mas também de determinação, criatividade e alegria dos afro-descendentes.”

Os jogueiros promovem esses encontros anualmente que contam com a presença das comunidades do sudeste, os praticantes do jongo, e grupos de pesquisadores. Nos Encontros ocorrem rodas de jongo onde as comunidades apresentam-se de acordo com um programa pré-estabelecido, é também um espaço de discussão das lutas dos representantes destas. O projeto que deu origem ao livro-CD “Jongos do Brasil” foi idealizado e realizado a partir de dois Encontros de Jongueiros com os pontos de jongo gravados no nono e no décimo,

respectivamente em 2004 no Rio de Janeiro e 2005 em Santo Antônio de Pádua. A presença da Comunidade São José nos encontros é expressiva, em 2001 e 2006 estes foram realizados em Valença.

Outro ponto muito discutido, por antropólogos e as esferas de poder judiciário refere-se ao processo de obtenção dos títulos de terras da Comunidade São José da Serra – este artigo não abarcará tal discussão. Hebe Mattos, em um trabalho em forma de artigo apresenta uma espécie de quadro acadêmico e jurídico, analisando decretos, artigos, e discussões conceituais das perspectivas históricas e antropológicas referentes a problemática da regulamentação da terra para os descendentes de escravos e libertos. Outra questão, deste mesmo artigo, é a construção do Jongo como identidade do grupo e as mudanças que ocorreram na vida política de Antônio Nascimento Fernandes, atual presidente da Comunidade São José da Serra, e suas consequências na Comunidade.

Antônio Nascimento Fernandes nasceu na Comunidade no ano de 1946 onde passou sua infância e parte da juventude, em um dado momento da sua vida, mudou-se da mesma, serviu o exército e retornou para a Comunidade São José da Serra. Sobre sua trajetória política: no ano de 1995 foi eleito sub-prefeito do Distrito de Santa Isabel; entre 1996 e 2000 foi vereador e articulou-se com líderes do Movimento Negro. (MATTOS, 2006: 167-172). Em relação ao jongo: a Comunidade iniciou o processo de apresentações de roda de jongo na cidade de Santa Isabel – esse período coincide com o da entrada de Antônio Nascimento na política local tal como a construção da capela, de São José do Operário e o incentivo ao turismo cultural em datas específicas de festas na Comunidade, segundo o calendário oficial há duas festas anuais: 13 de maio, dia de São Benedito, ou pai Benedito, na Umbanda, como informou Antônio Nascimento em conversa (2008); e 20 de novembro, dia de Zumbi, feriado nacional.

Comunidade São José da Serra

O que é hoje a Comunidade era, no século XIX, a Fazenda São José. Nesta parte deste artigo será apresentado um sucinto panorama histórico da transformação da Fazenda São José, para o que é hoje, em sua titulação de: Comunidade Negra Remanescente de Quilombo São José da Serra, e chamada de: Comunidade São José da Serra. Completando o que foi apresentado no final da parte anterior, onde foi exposto considerações sobre Antônio Nascimento, o atual presidente da Comunidade e certas características da mesma.

O livro Memórias do Cativo de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, é uma obra que trabalha com a memória coletiva de camponeses negros, descendentes da primeira geração do pós-abolição da região do Sudeste do Brasil, mais especificamente, as antigas regiões cafeeiras. As autoras relacionaram fontes orais com uma série de documentos escritos, tal obra norteia o que podemos chamar de origem da Comunidade São José da Serra. (RIOS, MATTOS, 2005: 258-300)

Segundo o depoimento depositado no acervo do Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da Universidade Federal Fluminense, de Manoel Seabra¹, entrevistado por Lídia Meirelles e Hebe Mattos no ano de 1998, em visita destas pesquisadoras a Comunidade

São José da Serra. Segundo Manoel Seabra, seu avô paterno era escravo vindo da África, já no Brasil foi levado para uma fazenda onde o mesmo sofria muito, foi então que resolveu fugir para a ‘fazenda do Ferraz’, nome do fazendeiro da fazenda São José da Serra. Ainda segundo o depoimento de Manoel Seabra seu avô ficou trabalhando para Ferraz a vida inteira e lá na fazenda fixou família.

Historicamente, o fazendeiro Ferraz, na época da Abolição da Escravidão, conferiu aos seus escravos o usufruto das terras da fazenda e tornou-se acoitador de escravos fugidos. A expressão “quilombo” está presente no depoimento de Manoel Seabra contando como seu avô explicava para ele a situação da fazenda: ‘Eles falavam: quilombo é aqui na fazenda São José’. Seabra explicou o porque da utilização do termo: ‘Quilombo era por causa deles fugia né? Ficava num lugar escondido. Vovô falava que aqui era um quilombo. Era um quilombo’ (RIOS, MATTOS, 2005: 262-263).

Segundo Hebe Mattos, a construção da narrativa de Manoel Seabra evidencia o “mito de origem da comunidade”, e também, legítima a comunidade como quilombo, levando em conta o sentido histórico do termo. Podendo relacionar a origem da Comunidade São José da Serra ao conceito de “negociação e conflito” (REIS, SILVA, 2009: 7) de João José Reis e Eduardo Silva, onde o escravo vivia em um sistema escravista violento, entretanto, este escravo interagiu com um espaço social em que estava inserido e este espaço era constituído de barganhas, e também, de conflitos.

Geograficamente a Comunidade São José da Serra localiza-se no distrito de Santa Isabel do Rio Preto, no município de Valença, no Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro. Sua localização é fundamental para a compreensão de sua importância econômica no final do século XIX, e também, para entender a concentração de escravos e suas práticas costumeiras, na Região do Vale do Paraíba também nesta época.

Na Comunidade há: uma capela, um terreiro, uma escola de ensino primário. Em 1998 morava, uma média, de 77 pessoas distribuídas em 16 casas, em grande maioria, construções de pau-a-pique e barro. É necessário, para morar na Comunidade certas restrições, todas ligadas à prova de grau de parentesco, como consta na carta da Associação de Moradores da Comunidade, um dos pontos constitui a “personalidade coletiva” (RIOS, MATTOS, 2005: 261) que permeiam a formação e as reformulações da Comunidade.

O documentário, Jongos, Calangos e Folias de Martha Abreu e Hebe Mattos (2007) é uma referência para a compreensão da distribuição de escravos africanos, tendo como parâmetro: as inúmeras famílias descendentes da última geração de escravos e a constituição de grupos de manifestações culturais ligadas às práticas negras. Neste documentário está reunido um conjunto de depoimentos e cânticos ligados as manifestações de grupos rurais do Vale do Paraíba que praticam: Jongo, Calango e Folia, como o próprio nome indica. Trabalhando, sobretudo, com a memória coletiva dos grupos, expondo as convergências existentes entre às práticas cotidianas e as lutas políticas e sociais que esses grupos enfrentaram e enfrentam.

As autoras, citadas no parágrafo anterior, em outro trabalho, apresentam um quadro histórico do Jongo. Realizam uma pesquisa e apresentam fragmentos de documentos, cartas de viajantes estrangeiros em visita ao Brasil, no século XIX onde a palavra não é jongo é utilizada, referindo-se, sobretudo, a este o chamavam de batuques de escravos. Para o desenhista Rugendas assistindo, em 1820, um batuque, em uma área rural do Rio de Janeiro fez apontamentos de características comuns ao jongo praticado nos dias de hoje: “batida cadenciada das mãos, o movimento expressivo dos corpos, a direção de um figurante, o dançarino no centro de um círculo, onde os outros repetiam um refrão.” (MATTOS, ABREU, 2007: 75) Destacam as ações dos grupos que praticam o jongo nos dias atuais, fazendo uma trajetória do reconhecimento do jongo, como Patrimônio Imaterial. (MATTOS, ABREU, 2007:69-71)

O Jongo na Comunidade São José da Serra

Na obra, Memórias do Cativo, (LUGÃO, MATTOS, 2005: 288-289) está presente o depoimento de Antônio Nascimento Fernandes, sua fala sobre o tempo do cativo salienta a presença do jongo na Comunidade. Para ele o jongo na sua Comunidade foi criado no período da escravidão, cito:

“O jongo da Comunidade São José da Serra é uma das coisas que a gente tem consciência [que] é uma das coisas boas, porque o jongo ele foi criado assim: no tempo da escravidão, então o negro vinha lá de fora da África e quando chegava no Brasil eles faziam tudo pra poder trocar, tirar parentesco, grau de parentesco. Cada um levava para um lugar aí até com língua diferente (...) até dialeto não falava o mesmo (...) para poder complicar a convivência deles nas comuni. .. nas fazendas. E no jongo, os negros se organizaram através do cântico. Então começaram a cantar, e cantando eles se conheciam, através do canto e daquilo foi surgindo algum namoro, nas lavouras de café. E passaram a confiar um no outro. E assim foi criado o quilombo também. Porque o jongo, ele é um cântico não decifrável. Porque o cara cantava, combinava quem ia fugir, como ia fugir, quando iria fugir, com quem iria fugir. Mas os feitores, que ficavam o dia todo nas lavouras de café, não tomavam conhecimento daquilo. Aí foi indo, com o passar do tempo, aí foi criando os quilombos. Veio o dos Palmares, depois vieram outros quilombos, como hoje é o de São José da Serra.”

Em depoimento para a gravação do Documentário, A Voz dos Quilombos Antônio Nascimento diz: “O jongo aqui pra nossa Comunidade é como se fosse uma oração.” Em outra entrevista o mesmo expõe: “O jongo é a forma que encontramos de manter viva a memória de um povo sofrido mais forte.” (ALERJ, 2006: 30)

O tempo histórico reconstruído na narrativa de Antônio Nascimento para marcar a criação do Jongo é a escravidão. Tal reconstrução associa-se com o conceito apresentado por Eric Hobsbawn de “tradição inventada” (HOBSBAWN, RANGER, 2002: 9-10) essa tradição pode ter dois sentidos: o primeiro é de fato as tradições inventadas, arquitetadas e institucionalizadas; segundo: as “tradições” que nasceram de maneira que localizar esse momento é muito complicado, ou até impossível. Em relação à tradição da prática de jongo, é muito difícil de delimitar o momento que surgiu, viajantes estrangeiros, no século XIX, não empregavam a expressão jongo, segundo Martha Abreu estes utilizavam o “termo genérico de batuque” (ABREU, 1999: 289). Hobsbawn apontando que o objetivo central do seu estudo é pesquisar o modo que essas tradições surgiram e se fixaram. Segundo ele a “tradição

inventada” (HOBSBAWN, RANGER, 2002: pp. 11) sempre tenta estabelecer uma ligação com um “passado histórico”, no caso do jongo na Comunidade, esse marco é o passado do tempo do cativo.

O Jongo na Comunidade São José é um elemento fundamental para a formação da identidade coletiva. As rodas de jongo da Comunidade, em dia de festa aberta ao público, ocorrem no terreiro em frete à capela de São José do Operário. Os integrantes produzem artesanatos, preparam a tradicional feijoada, utilizam indumentárias específicas – as mulheres de saias e camisas ambas brancas e os homens de roupas do cotidiano, em sua maioria de calça e camisa - havendo uma preparação dos tambores – são ao todo três. O depoimento de Antônio Nascimento, exposto anteriormente, evidência o significado e a importância do jongo para os integrantes da Comunidade, a cultura do grupo.

O conceito de cultura empregado por Alfredo Bosi onde este argumenta que cultura é um processo do trabalho, e não o objeto adquirido com o trabalho. Segundo Bosi, cultura deve ser compreendida enquanto expressão de homens em um grupo, e principalmente, os significados dessas manifestações para o grupo, nesse caso o jongo e tudo que nele há são as “manifestações” e o grupo é a Comunidade São José da Serra.

O autor ainda completa apontando a durabilidade da cultura: “Se ela for de fato popular, enquanto existir povo ela não vai morrer. A cultura popular é a cultura que o povo faz no seu cotidiano e nas condições em que ele a pode fazer.” (BOSI, 1997: 44). Do lado oposto dessa última idéia, certos folcloristas nas décadas de 1960 e 1970, afirmaram que o jongo iria acabar em breve. A monografia² da folclorista Maria de Lourdes Borges Ribeiro expressa tal idéia, de extinção da prática de jongo no centro sul do Brasil, realizando seu trabalho de campo com levantamento e listagem das fazendas e comunidades, no eixo sudeste, que ainda realizavam festejos com roda de jongo. Tal obra é fundamental para trabalhos, como este artigo, pois esta apresenta uma análise que abrande riqueza de detalhes evidenciando as singularidades das diversas comunidades do sudeste.

Dos muitos elementos que cercam a prática do jongo, este artigo apresentará o ponto do Jongo no intuito de eleger um elemento diante da riqueza dos demais elementos dessa manifestação na Comunidade São José da Serra.

Os Pontos de Jongo

A utilização do termo “ponto” em si já acarreta uma simplificação, o jongo, como Patrimônio Cultural do Brasil recebeu o título como: “Jongo no Sudeste” exatamente pela diversidade que há na prática dessa manifestação e por consequência os diversos nomes que uma característica possui de comunidade para comunidade. As expressões do Jongo mudam de grupo para grupo ou de região para região, de acordo com o Dossiê 5, o jongo pode ser chamado de: tambu, tambor, batuque e caxambu, dependendo da Comunidade.

O historiador norte-americano Stanley Stanley, em sua obra³, Vassouras: Um Município Brasileiro do Café, 1850-1900, não utiliza a expressão ponto ele utiliza o termo jongo para designar os versos entoados nas rodas onde os escravos e ex-escravos dançavam o

caxambu. Segundo ele os jongs cantados em línguas africanas eram denominados como *quimzumba*; os cantados em português, mais comuns ao passo que diminuía o número dos homens idosos africanos como mão de obra, chamados de *visaria*. Já para Nei Lopes *caxambu* é um grande tambor, de origem africana utilizado na dança que recebe o mesmo nome, não empregando também, a expressão, ponto ou, ponto de jongo.

Outro significado para o termo ponto é a utilizada por Robert Slenes a expressão “versos” como sinônimo de “pontos”, e interpreta-os, de forma literal, “pontos” como “fios e laçadas de costura”. De acordo com o Dossiê 5 o ponto é a expressão vocal do jongo, e tal definição será defendida neste artigo.

Os pontos de jongo estão intimamente relacionados com a memória daqueles que os expressam, tendo em vista que há na Comunidade São José o “Seu Manuel Seabra” que seus avôs eram escravos vindos da África e este conta histórias desses familiares salientando a transmissão de certos mitos por meio dos pontos de jongo. Segundo o termo “herança cultural” empregado por Robert Slenes há uma importância histórica se considerarmos os escravos como seres possuidores de uma “herança cultural e instituições” (SLENES, 1999: 133) mesmo que imperfeitas, portanto o fato de que estes vinham de “etnias africanas específicas” é fundamental para a “transmissão e recriação” dessa herança onde chegavam, nesse caso em Valença.

A forma de expressar o ponto é a oralidade, há pontos que são proferidos por diferentes jongueiros e também histórias que ocorrem durante uma roda de jongo que podem ser escutadas em diferentes comunidades do Vale do Paraíba, e muita da tradição Africana tem suas bases na oralidade. Certos jongueiros depõem que durante uma roda de jongo um cacho de banana verde havia ficado maduro. E também, histórias de jongueiros abusados -não pode entrar na roda sem solicitar licença- que receberam castigos corporais durante uma roda de jongo e ninguém via a pessoa que tinha realizado tais castigos.

Nesse contexto a obra, *Costumes em Comum*, do historiador inglês Thompson pode fornecer um aparato teórico. Sua referência sobre a perpetuação, majoritária, das tradições através da transmissão oral com seu “repertório de anedotas e narrativas exemplares.” E sobre as relações sociais de uma comunidade e a forma de transmissão oral dá-se como forma de “transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade” (THOMPSON, 1990: 15)

O depoimento, concedido a pesquisadores da UNIRIO, do já citado Antônio Nascimento, caracteriza essa transmissão de experiências e exemplifica o repertório de metáforas que cercam a prática de jongo e os fenômenos místicos que poderiam ocorrer durante uma roda, sobre uma mudança no som de tambores estes ficando “roucos” sobre o efeito de som da voz de algum jongueiro, cito: (IPHAN, 2007: 40-41)

“(...) eles amarram o tambu, amarram o som do tambu. Existe isso. Amarrando o som do tambu, então todas as pessoas que estão participando da dança, quando saem (...) ficam passando mal, doentes... É por isso que a chefe [do tambu] é umbandista, uma pessoa que mexe com trabalho e entende de espiritismo. (...) Então, se acontecer um fato desse, ele sabe desfazer aquilo. (...) Por isso, quando a gente sai com o tambu, tem que pedir

autorização para minha mãe porque já vai com segurança. Ninguém pega tambu e sai batendo por aí porque (...) “tem mironga”. Mironga é o segredo.

Os pontos recebem denominações, ou classificações que estão ligadas as suas finalidades, segundo Edir Gandra um ponto de *demanda* têm a finalidade “desafiar, brigar” e até mesmo “enfeitiçar” (GANDRA, 1995: 52), a finalidade depende do jongueiro que “risca o ponto”. De acordo com o Dossiê 5, os umbandistas utilizavam o termo ponto para designar os cantos dirigidos às entidades. Ainda em relação à umbanda, os pontos também estão ligados as “expressões gráficas – são os pontos riscados que representam entidades” (IPHAN, 2007: 60). Os pontos, na roda de jongo, que possuem a finalidade de saudação, louvação – estes são classificados por Gandra como de *visaria* ou *bizarria*, pedir licença e despedida.

Na Comunidade São José da Serra antes e depois do jongueiro entoar seu ponto ele grita a expressão: “Machado”, como apresentou “Tio Manoel Seabra”, antigo na Comunidade, quando este termina um ponto em depoimento ao documentário, *A Voz dos Quilombos e Sementes da História*:

“Na senzala tem um velho
Esse Velho canta assim
Caminho que tem espinho
Mais na frente tem Jardim

Machado.”

(Manoel Seabra)

O pesquisador Robert Slenes apresenta que, estudos aprofundados das línguas e dialetos africanos direcionam para uma possível unidade entre os escravos que aportaram em Vassouras e no Vale do Paraíba, no período de intensificação da economia cafeeira, entre os anos de 1830 e 1850. Segundo ele aportaram nessa região majoritariamente, africanos oriundos da “África Central Ocidental” (SLENES, 2007: 144), provenientes do “tronco lingüístico *bantu*” (SLENES, 1991/1992: 11). Para está análise Robert Slenes utiliza, entre outras fontes, letras de pontos de jongo.

Retornando a expressão “Machado” - utilizada na Comunidade São José da Serra- Robert Slenes faz um trabalho minucioso de pesquisa utilizando dicionários, cruzando significados das expressões utilizadas em diferentes pontos de jongo em diferentes Comunidades e Grupos. Cito: (SLENES, 2007: 144)

“É concebível, portanto, que ainda outro kúba, conduzir para fora, fazer sortir⁴, por extensão “jogar para fora, arremessar/ lançar, colocar para fora”, esteja na origem do ato inicial do cumba: o de ‘lançar, jogar, soltar, atirar’ o ponto . Ou que kúba, ferramenta de ferro usada, gasta” (tida, quando encontrada no mato, como um sinal de bissimi)” Visaria – para alegrar a roda e divertir a comunidade.”

Completando que a raiz do grito “machado” pronunciado por jongueiros no Vale do Paraíba Fluminense no momento de solicitar sua vez para versar na roda de jongo. Slenes direciona o pesquisador para conferir o significado de *cacumbu* já dicionarizado no Brasil com igual significação e utilizado num jongo gravado no ano de 2004 em Valença, na

Comunidade em questão. Segundo Nei Lopes *cacumbu*, na sua primeira definição da expressão, seria “machado ou enxada já gasta e imprestável” (LOPES, 2003: 52)

Em outro trabalho, Robert W. Slenes apresenta um estudo referente a origem Africana dos escravos que chegaram no Brasil no final do século XVIII e 1850, o autor destaca a primeira metade do século XIX apresentando que: “em nenhum outro período as condições foram tão favoráveis para o surgimento de uma identidade comum entre escravos africanos. Além disso, interessa-me as conseqüências políticas da possível formação de uma ‘proto-Nação’ *bantu* no Brasil.” (SLENES, 1991/1992: 68). Por fim, cito uma frase da Certidão do IPHAN, caracterizando a importância da herança cultura de integrantes da Comunidade São José da Serra e de outras comunidades do Vale do Paraíba e do Sudeste: “um dos elementos mais marcantes do jongo é o ponto, que expressa um denso arsenal mito-poético contido na prática jongueira.” (IPHAN, 2005: 1).

Conclusão

A importância do jongo para a valorização da herança cultural africana, do Centro Ocidental da África, no Sudeste brasileiro foi o fio condutor deste artigo. As políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal foram respostas de projetos pensados e arquitetados por um grupo de fora da esfera governamental, como por exemplo: pesquisadores de universidades, moradores de locais onde há comunidades, integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas, com título ou sem título e líderes das mesmas.

O sentimento de identidade e pertencimento de um eixo cultural não foi criação da União foi um trabalho de dentro para fora, primeiro, no seio da Comunidade, posteriormente, conquistas em forma de leis, retificadas pelo Executivo e Legislativo. Trabalhos como o de Mailsa Passos, que pesquisou o processo de transmissão do jongo para as gerações que chegavam, realizando uma comparação entre: Comunidade São José da Serra e Grupo Cultural Jongo da Serrinha, rural e urbana respectivamente, são fundamentais para as mudanças e perpetuações que ocorrem no batuque de escravos no século XVIII e XIX e o Jongo do século XX e XXI, no sudeste brasileiro.

Anteriormente as crianças não participavam das rodas de jongo que só começavam a meia noite, com uma longa preparação religiosa, atualmente por questão de continuação é favorável que as crianças aprendam e gostem para que assim as futuras gerações herdem essa cultura.

A Comunidade São José da Serra valoriza a identidade negra, quilombola, nas suas crianças, eu pude participar de uma roda de jongo, como pesquisadora, na época, no quarto período do curso de História, presenciei uma menina de cinco anos de idade jongando com seu avô com mais de setenta anos. Em outro momento, quando perguntei a uma adolescente se ela gostava de funk logo respondeu “gosto”, e a indaguei novamente, e o jongo? E ela respondeu sem exitar: “também gosto.”

Alguns elementos continuam, como por exemplo, a respeito pelos mais velhos, na sociedade matriarcal, como é a estudada aqui, as mulheres possuem a liderança religiosa. Nos dias que passei na Comunidade presenciei as crianças, jovens e adultos se aproximarem de Mãe Terezinha, os de boné tiravam-no, beijam a sua mão e pediam a “benção”, e Mãe

Terezinha a dava. A fogueira é outro aspecto que não deixou de existir durante a roda de jongo que deve acontecer num terreiro, tirando exceções, como as apresentações, os integrantes da Comunidade já se apresentaram em diversos lugares, e o maior orgulho foi a apresentação no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro. As festas abertas ao público lotam segundo Mãe Terezinha, já teve ano com mais de 2 mil pessoas, um dos seus orgulhos é conhecer pessoas de todas as partes do mundo.

A igreja católica, capela reconstruída em 1998, na frente do terreiro abriga as figuras de São José e de Jesus Cristo, ambos negros, pintadas no altar, outros elementos diferenciam a Igreja São José do Operário das demais, os cânticos são entoados por integrantes da comunidade o padre Levi da Cruz, na época do trabalho de campo, celebrou um batismo e a missa africana, como é chamada. As características expostas ao logo do artigo expressam parte de uma cultura riquíssima que deve ser conhecida e reconhecida por todos.

Notas

* Graduanda do último ano do curso de Licenciatura em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (UERJ-FFP). Bolsista de Extensão do projeto Memória e História Oral: Histórias de Vida no Município de São Gonçalo, orientada por: Rui Aniceto Fernandes.

¹ Manoel Seabra um dos mais antigos integrantes da Comunidade São José da Serra. A partir de 1998 dirige o Centro de Umbanda da comunidade ajudando sua irmã D. Terezinha – mãe espiritual da Comunidade, e mãe – de- santo muito respeitada. Os integrantes auto denominam-se “católicos e umbandistas” palavras da própria D. Terezinha, como graduanda entrevistei D.Terezinha, em 2008, em um trabalho de Campo.

² Título: O Jongo – Ilustrações de Oswaldo de Andrade Filho. O trabalho foi realizado na década de 1960, não contendo a data exata, inclui um trabalho de campo em diversas comunidades que praticavam o Jongo ou o Caxambu, recebeu o 4º Premio no 15º Concursos de Monografias sobre o Folclore Nacional no concurso da Prefeitura do Município de São Paulo- Secretaria de Educação e Cultura Divisão do Arquivo Histórico. Por consequência do concurso a monografia foi publicada em formato de livro e encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Amadeu Amaral do Museu do Folclore no Rio de Janeiro.

³ Tal obra foi o resultado de um intenso trabalho de campo, do final dos anos 1948 e início de 1949, onde o autor, norte-americano, conviveu em algumas fazendas e gravou – em um gravador de fio- “cantos” de homens, ex-escravos. Após 50 anos Stein enviou as gravações para Gustavo Pacheco, iniciando o processo que deu origem ao livro: Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, organizado por Silva Lara e Gustavo Pacheco.

⁴ Acredito que a expressões “sortir” utilizado pelo autor nessa explicação esteja associado ao verbo “sortir” em francês.

Referências Bibliográficas

BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORHEIM, Gerd *et alli*. **Cultura Brasileira: tradição e contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1997.

BRASIL. Ministério da Cultura **Decreto nº3.3551** de agosto de 2000. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, Brasília, DF, 4 agosto 2000.

BRASIL. **Certidão** IPHAN. Titulação de Patrimônio Cultural do Brasil, Brasília, DF, 15 dezembro de 2005.

BRASIL. **Jongo no Sudeste**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

GANDRA, Edir. **“Jongo da Serrinha do Terreiro aos Palcos”**. Rio de Janeiro: Giorgio Gráfica e Editora, Uni-Rio, 1995.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2005.

HOBSBAWM, E, RANGER, T. **A Invenção das Tradições**; tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LARA, Silva Hunold, PACHECO, Gustavo. (Org.) **Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein Vassouras, 1949**. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP:CECULT, 2007.

LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto do Brasil: contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo Dicionário Houaiss**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MATTOS, Hebe. **Políticas de Reparação e Identidade Coletiva no meio rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José da Serra**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 37, janeiro-junho.

PASSOS, Mailsa Carla. **O jongo, o jogo a ong: um estudo etnográfico sobre a transmissão da prática cultural do jongo em dois grupos no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

RIOS, Ana Lugão, MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. **O Jongo – Ilustrações de Oswaldo de Andrade**. São Paulo, 1960.

SILVA, Alberto da Costa e, 1931 – **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro, Agir (do Grupo Ediouro), 2008.

SILVA, Eduardo, REIS, João José. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 3° reimpressão, 2009.

SLENES, Robert W. **‘Malungo, Ngoma vem’: África coberta e descoberta no Brasil**. Revista USP, n° 12, 1991/1992.

_____. **Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste século XIX)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STEIN, Stanley J. **Vassouras: Um Município Brasileiro do Café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

THOMPSON, Edward P. **Costumes Em Comum**; tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VIANNA, Letícia R. Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto de Saberes da Cultura Popular. In LONDRES, C. (et al.) **Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, críticas e perspectivas**. Vol. 5. Série Encontros e Estudos. Rio de Janeiro: Funarte, IPHAN-CNFCP, 2004.

Referência Áudio-Visual

MATTOS, Hebe. ABREU, Martha. Jongos, Calangos e Folias. Rio de Janeiro: LABHOI, 2007. (DVD)

RUBENS XAVIER. Feiticeiro das Palavras. São Paulo: TV Cultura/Associação Cultural Cachuera, 2001. (DVD)

A voz dos Quilombos. Realização do Governo Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002. (DVD)

Sementes da Memória. Realização Observatório Jovem. Rio de Janeiro, 2006. (DVD)